

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DE
AUDITOR E DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS**

EDITAL Nº 07/TCE-GO, DE 15 DE MAIO DE 2008 *

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, observadas as disposições contidas no Edital n. 01/TCE-GO, de 13 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás de 17 de setembro de 2007, regulador do concurso público de provas e títulos para provimento de cargos efetivos de Auditor e de Procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, **RESOLVE**:

I – DIVULGAR, como **Anexo I** deste Edital, em acolhimento aos pronunciamentos da Comissão do Concurso emitidos em razão dos recursos apresentados quanto ao resultado provisório das inscrições definitivas, a relação dos candidatos que, aprovados nas provas escritas discursivas, tiveram seus pedidos de inscrição definitiva deferidos e foram considerados recomendados na investigação social detectada por meio da Ficha de Informações Confidenciais – FIC, na forma do contido no subitem **7.4.4** do Edital n. 01/TCE-GO, de 13 de setembro de 2007, regulador do certame;

II – JULGAR IMPROCEDENTES os demais recursos apresentados quanto ao resultado da análise das inscrições definitivas;

III – REITERAR que a **prova oral**, a ser aplicada para os candidatos relacionados no **Anexo I** deste Edital, será realizada de conformidade com o estabelecido no item **9** do Edital regulador do certame e com as determinações a seguir:

- Para o cargo de **PROCURADOR**:

a) **Dias**: 31 de maio e 01 de junho de 2008;

b) **Local**: Colégio da Polícia Militar de Goiás – Hugo Carvalho Ramos – Av. E, Quadra B11, n. 600 – Jardim Goiás – Goiânia-GO;

c) **Horários (horário de Goiânia-GO)**: os candidatos serão distribuídos em 4 (quatro) Grupos de provas, em ordem alfabética, a saber:

c.1) **GRUPO I - Dia 31/5/2008 – Sábado – 09:00 horas**: de ADERSON MENDES DE MATOS até DANIEL FERREIRA MARIM;

c.2) **GRUPO II - Dia 31/5/2008 – Sábado – 15:00 horas**: de EDSON JOSÉ DE SOUZA JUNIOR até JOANA DARC BONFIM MACHADO LEITÃO;

c.3) **GRUPO III - Dia 01/6/2008 – Domingo – 09:00 horas**: de JOAQUIM ALVES FIGUEIREDO até RÉGIS GONÇALVES LEITE;

c.4) **GRUPO IV - Dia 01/6/2008 – Domingo – 15:00 horas**: de RENATA CONSTANTE CESTARI até WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JUNIOR;

- Para o cargo de **AUDITOR**:

a) **Dia**: 22 de junho de 2008;

b) **Local**: Colégio da Polícia Militar de Goiás – Hugo Carvalho Ramos – Av. E, Quadra B11, n. 600 – Jardim Goiás – Goiânia-GO;

c) **Horários (horário de Goiânia-GO)**: os candidatos serão distribuídos em 2 (dois) Grupos de provas, em ordem alfabética, a saber:

c.1) **GRUPO I - Dia 22/6/2008 – Domingo – 09:00 horas**: de AUGUSTO BELLO DE SOUZA NETO até GUILHERME TORQUATO DE FIGUEIREDO VALENTE;

c.2) **GRUPO II - Dia 22/6/2008 – Domingo – 15:00 horas**: de GUSTAVO HENRIQUE ALBUQUERQUE SANTOS até WALBER ROBSON DE SANTANA;

IV – DIVULGAR, como **Anexo II**, a lista contendo os pontos do programa de cada uma das disciplinas que compõem a Prova Oral, para cada cargo, conforme estabelecido no subitem **9.2** do Edital n. 01/TCE-GO/2008;

V – ESCLARECER que o sorteio dos pontos em cada disciplina ocorrerá no momento da arguição;

VI – CONSIDERAR ELIMINADOS do concurso para os respectivos cargos, os demais candidatos não relacionados no **Anexo I** deste Edital, em cumprimento ao disposto no subitem **8.3** do Edital regulador do certame.

CONSELHEIRO EDSON JOSÉ FERRARI
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

CONSELHEIRO SEBASTIÃO JOAQUIM PEREIRA NETO TEJOTA
Presidente da Comissão Especial do Concurso Público para os cargos de Auditor e de Procurador do TCE-GO

ANEXO I

Concurso Público: TCE-GO

Candidatos aprovados nas provas discursivas com inscrição definitiva aceita e considerados recomendados na investigação social

Cargo: Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Inscrição	Nome
9007849	AUGUSTO BELLO DE SOUZA NETO
9004050	CELMAR RECH
9009760	CLAUDIO ANDRE ABREU COSTA
9004823	EDSON JOSE DE SOUZA JUNIOR
9004580	EINSTEIN ALMEIDA FERREIRA PANIAGO
9003533	FLAVIO LUCIO RODRIGUES DA SILVA
9003576	FLAVIO MACHADO NOGUEIRA
9007458	FRANCISCO ERMELINDO ALVES DINIZ
9010068	FRANCISCO IREILTON BEZERRA FREIRE
9006915	FRANCISCO JOSE PEREIRA DA SILVA
9004416	GILMAR RODRIGUES DE ALMEIDA
9000690	GUILHERME TORQUATO DE FIGUEIREDO VALENTE
9001506	GUSTAVO HENRIQUE ALBUQUERQUE SANTOS
9011129	HELDER KIYOSHI KASHIWAKURA
9006389	HELOISA HELENA A. MONTEIRO GODINHO
9007652	HENRIQUE CESAR DE ASSUNCAO VERAS (*)
9003339	JORGE LIMA ABUD (*)
9003282	LUCIANO HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA
9007270	LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA
9004343	MARCOS ANTONIO BORGES
9006427	MARIA CLECI COTI MARTINS (*)
9004807	ROBERTA PONTES
9011145	ROSIMARY MARTINS MEDEIROS
9000909	SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
9005587	WALBER ROBBSON DE SANTANA

(*) Candidato portador de deficiência

Cargo: Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

(Candidatos portadores de Deficiência)

Inscrição	Nome
9007652	HENRIQUE CESAR DE ASSUNCAO VERAS (*)
9003339	JORGE LIMA ABUD
9006427	MARIA CLECI COTI MARTINS

Cargo: Procurador do Ministério Público no TCE-GO

Inscrição	Nome
9004556	ADERSON MENDES DE MATOS
9005609	ANDERSON PINHEIRO E SILVA (*)
9005137	ANDRE OLIVEIRA BARROS
9005854	ANTONIO CARLOS GUIMARAES JUNIOR
9007407	ANTONIO ROLEMBERG FEITOSA JUNIOR
9003169	BENEDITO RIBEIRO GOMES
9005528	BERNARDO ALVES DA SILVA JUNIOR
9005641	BISMARCK DIAS DE AZEVEDO
9012028	CARLOS GUSTAVO SILVA RODRIGUES
9004041	CELMAR RECH
9008276	DANIEL FERREIRA MARIM
9004815	EDSON JOSE DE SOUZA JUNIOR
9008179	EDUARDO LUZ GONCALVES
9010416	ENALDO FREITAS MARTINS
9001280	ERICA GEBRIM FRANCO
9007440	FRANCISCO ERMELINDO ALVES DINIZ
9000763	GETULIO VELASCO MOREIRA FILHO
9004394	GILMAR RODRIGUES DE ALMEIDA
9001476	GUSTAVO HENRIQUE ALBUQUERQUE SANTOS
9000623	GUSTAVO MENDONCA RODARTE
9002375	HELENA NUNES CAMPOS
9001158	HENRIQUE CESAR DA ROCHA ESTABILE
9005404	JOANA DARC BONFIM MACHADO LEITAO

Inscrição	Nome
9004530	JOAQUIM ALVES FIGUEIREDO
9004670	JOSE FIRMINO DA HORA FILHO
9009140	JOSE LUIS DA SILVA CRUZ
9002685	LUCIANO VIEIRA
9008624	LUIS ADRIANO SOARES DE CASTRO (*)
9006362	MAISA DE CASTRO SOUSA (*)
9011625	MARCUS HENRIQUE PEREIRA DE ABREU
9007571	MARIA DO CARMO DE JESUS GONTIJO
9006605	ODILON CAVALLARI DE OLIVEIRA
9009949	RAFAEL CUNHA FERNANDES
9002243	RAQUEL FROTA FONTENELLE SOUSA
9004181	REGIS GONCALVES LEITE
9007555	RENATA CONSTANTE CESTARI
9002359	ROBERTA PONTES
9003800	ROBERTO DE PAULA LIMA FILHO
9001719	SAULO MARQUES MESQUITA
9000917	SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
9009183	TATIANNE DE MELO PEREIRA COUTINHO
9003649	TEOTONIO JOSE FRANCA
9011536	THALITA VASCONCELOS FORTE
9002294	VICTOR AUGUSTO DE FARIA MORATO
9007202	WAGNER DA SILVA ABREU
9002286	WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JUNIOR

(*) Candidato portador de deficiência

Cargo: **Procurador do Ministério Público no TCE-GO**
(Candidatos portadores de Deficiência)

Inscrição	Nome
9005609	ANDERSON PINHEIRO E SILVA
9008624	LUIS ADRIANO SOARES DE CASTRO
9006362	MAISA DE CASTRO SOUSA

ANEXO II

LISTA DE PONTOS PARA A PROVA ORAL

CARGO DE AUDITOR:

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ponto I:

Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Entes que integram a Federação brasileira: identificação, repartição de competências. Intervenção federal e estadual. União: natureza jurídica, competências e bens. Estados-membros: natureza jurídica, competências, autonomia. Capacidade de auto-organização dos Estados: limites constitucionais. A Constituição do Estado de Goiás.

Ponto II:

Poder Legislativo: funções típicas e atípicas, organização e funcionamento. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Tribunais de Contas. Poder Executivo. Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Responsabilidade política do chefe do Executivo: crime de responsabilidade e *impeachment*. Poder Judiciário: jurisdição, organização e funcionamento. Organização Judiciária do Estado de Goiás.

Ponto III:

Administração pública. Princípios e organização. Servidores públicos civis e militares: regime jurídico. Organização e separação do exercício das funções do Estado. Princípio da separação dos poderes: evolução, significado e atualidade. Funções típicas e atípicas dos órgãos de exercício das funções estatais.

Ponto IV:

Sistema tributário nacional. Princípios constitucionais tributários. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição de competências e receitas tributárias. Finanças públicas. Elaboração da legislação orçamentária: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual. Orçamentos: gestão, fiscalização e controle de execução.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ponto I:

Direito Administrativo. Princípios informativos. Interpretação. Administração Pública. Princípios constitucionais. Organização administrativa. Noções gerais. Administração direta e indireta. Autarquias, Fundações, Sociedade de Economia Mista e Empresas Públicas (Agências). Terceiro Setor. Formas de parceria com a iniciativa privada.

Ponto II:

Poderes administrativos. O uso e abuso do poder. Ato administrativo. Noções gerais. Espécies. Elementos. Atributos. Validade. Extinção. Controle Jurisdicional. Contrato administrativo. Noções gerais. Elementos. Espécies. Requisitos de validade. Rescisão. Convênios e consórcios. Licitação. Modalidades. Procedimento. Dispensa e Inexigibilidade. Homologação e adjudicação. Anulação e revogação.

Ponto III:

Regime jurídico dos servidores públicos. Lei Estadual nº 10.460, de 22/02/88. Direitos e vantagens do servidor público. Sindicalização e greve. Responsabilidade do servidor. Independência das instâncias. Cargos públicos. Provimento: originário e derivado. Vacância. Proibição de acumulação (exceções). Processo administrativo. Noções gerais. Princípios. Espécies. Processo administrativo disciplinar.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO TCE-GO

Ponto I:

Controle da Administração Pública: Sistemas de controle externo. Controle externo no Brasil. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. Controle interno e os Tribunais de Contas. Competência para revisão dos próprios atos.

Ponto II:

Legislação Específica do TCE-GO: Controles Externo e Interno na Constituição do Estado de Goiás. Tribunal de Contas do Estado de Goiás: natureza, competência e jurisdição. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás: fundamento do Tribunal no exercício do controle externo. Regimento Interno e Resoluções Normativas. Recursos administrativos no TCE-GO.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

Ponto I:

Previdência Social. Noções gerais. Regime próprio. Lei Complementar Estadual nº 29, de 12 de abril de 2000, e demais normas pertinentes.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Ponto I:

Direito Financeiro: Normas gerais de direito financeiro. Receita pública. Receitas e entradas. Classificação das receitas. Receitas derivadas. Receita tributária. Repartição das receitas tributárias. Multas. Receitas originárias. Despesa pública. Conceito e características. Espécies. Regime jurídico.

Ponto II:

Direito Financeiro: Tramitação legislativa. Fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Os Tribunais de Contas. Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e suas espécies. Limites do crédito público. Lei de responsabilidade fiscal.

Ponto III:

Direito Tributário: Sistema tributário nacional: sistema tributário. Competência tributária. Limitações. Repartição das receitas tributárias. Dos tributos. Classificação e espécies. Legislação tributária: Constituição federal. Código tributário nacional e Código tributário estadual. Sistema tributário nacional. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

Ponto IV:

Direito Tributário: Obrigação tributária: natureza, espécies, efeitos. Fato gerador. Sujeitos ativo e passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Substituição tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade tributária dos administradores de pessoa jurídica. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICOS

Ponto I:

Contabilidade: Contabilidade Pública: Noções gerais. Campo de aplicação. Objeto. Regime Contábil – características das receitas e despesas públicas. Tomadas e prestações de contas.

Ponto II:

Orçamento Público: Princípios. Tipos de orçamentos. Elaboração e aprovação do orçamento. Execução orçamentária.

FINANÇAS PÚBLICAS E AUDITORIA**Ponto I:**

Finanças Públicas: Finanças públicas na Constituição de 1988. Orçamento: Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento.

Ponto II:

Auditoria: Finalidades e objetivos da auditoria governamental. Abrangência de atuação. Formas e tipos. Relatórios, pareceres e certificados de auditoria. Normas relativas ao Parecer. Ética profissional e responsabilidade legal.

CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS:**DIREITO CONSTITUCIONAL****Ponto I:**

Direito constitucional: conceito, formação, objeto, conteúdo. Constitucionalismo. Teoria do poder constituinte. Supremacia e rigidez constitucional. Poder de emenda e revisão: limites. Poder constituinte do Estado-membro. Constituição: conceito, elementos, classificação. Teoria da norma constitucional. Norma constitucional: conceito, classificação, conteúdo, finalidade. Interpretação, construção e integração. Eficácia da norma constitucional. Princípios e regras na Constituição.

Ponto II:

Controle de constitucionalidade. Sistemas: evolução no direito comparado e no direito brasileiro. Controle difuso e concreto de constitucionalidade. Súmulas com efeitos vinculantes. Controle concentrado e abstrato de constitucionalidade: ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental e representação para intervenção federal. Ação direta perante Tribunal de Justiça. Modalidades e efeitos das decisões proferidas no controle de constitucionalidade.

Ponto III:

Princípios fundamentais da Constituição. Direitos fundamentais: conceito, evolução, características, funções, modalidades, titularidade e destinatários. Direitos e deveres individuais e coletivos: vida, liberdade, propriedade, segurança e igualdade; instrumentos de garantia e remédios. Ações constitucionais: mandado de segurança, mandado de injunção individual e coletivo, *habeas data*, ação popular e ação civil pública.

Ponto IV:

Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Forma federativa de Estado: conceito, surgimento, evolução e características. Entes que integram a Federação brasileira: identificação, repartição de competências. Intervenção federal e estadual. União: natureza jurídica, competências e bens. Estados-membros: natureza jurídica, competências, autonomia. Capacidade de auto-organização dos Estados: limites constitucionais. A Constituição do Estado de Goiás. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Distrito Federal e Territórios. Organização e separação do exercício das funções do Estado. Princípio da

separação dos poderes: evolução, significado e atualidade. Funções típicas e atípicas dos órgãos de exercício das funções estatais.

Ponto V:

Poder Legislativo: funções típicas e atípicas, organização e funcionamento. Processo legislativo e espécies normativas primárias. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Tribunais de Contas. Poder Executivo. Formas e sistemas de governo, regime político: princípios republicano, presidencialista e democrático. Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Responsabilidade política do chefe do Executivo: crime de responsabilidade e *impeachment*. Atribuições do chefe do Executivo: chefia de Estado e de Governo; regulamentos de execução e autônomos. Poder Judiciário: jurisdição, organização e funcionamento. Precatórios. Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Conselho Nacional de Justiça. Organização Judiciária do Estado de Goiás. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia.

Ponto VI:

Administração pública. Princípios e organização. Servidores públicos civis e militares: regime jurídico. Organização e separação do exercício das funções do Estado. Princípio da separação dos poderes: evolução, significado e atualidade. Sistema tributário nacional. Princípios constitucionais tributários. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição de competências e receitas tributárias. Finanças públicas. Elaboração da legislação orçamentária: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual. Orçamentos: gestão, fiscalização e controle de execução.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ponto I:

Direito Administrativo: Princípios informativos. Interpretação. Administração Pública. Princípios constitucionais. Organização administrativa. Noções gerais. Administração direta e indireta. Autarquias, Fundações, Sociedade de Economia Mista e Empresas Públicas (Agências). Terceiro Setor. Formas de parceria com a iniciativa privada.

Ponto II:

Poderes administrativos. O uso e abuso do poder. Ato administrativo. Noções gerais. Espécies. Elementos. Atributos. Validade. Extinção. Controle Jurisdicional. Contrato administrativo. Noções gerais. Elementos. Espécies. Requisitos de validade. Rescisão. Convênios e consórcios. Licitação. Modalidades. Procedimento. Dispensa e Inexigibilidade. Homologação e adjudicação. Anulação e revogação.

Ponto III:

Serviço Público. Noções gerais. Formas de execução. Concessão, permissão e autorização. Domínio público. Noções gerais. Bens públicos. Espécies. Terras devolutas. Meio ambiente. Normas de proteção. Competência. Intervenção do Estado na propriedade privada. Noções gerais. Fundamentos. Objeto. Procedimento administrativo. Efeitos. Controle interno e externo da Administração Pública. Fiscalização financeira e orçamentária. Responsabilidade civil do Estado. Noções gerais. Evolução doutrinária. Responsabilidade objetiva.

Ponto IV:

Regime jurídico dos servidores públicos. Lei Estadual nº 10.460, de 22/02/88. Direitos e vantagens do servidor público. Sindicalização e greve. Responsabilidade do servidor. Independência das instâncias. Cargos públicos. Provimento: originário e derivado. Vacância. Proibição de acumulação (exceções). Processo administrativo. Noções gerais. Princípios. Espécies. Processo administrativo disciplinar.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

Ponto I:

Previdência Social. Noções gerais. Regime próprio. Lei Complementar Estadual nº 29, de 12 de abril de 2000, e demais normas pertinentes.

DIREITO FINANCEIRO

Ponto I:

Direito Financeiro: Normas gerais de direito financeiro. Receita pública. Receitas e entradas. Classificação das receitas. Receitas derivadas. Receita tributária. Repartição das receitas tributárias. Multas. Receitas originárias. Despesa pública. Conceito e características. Espécies. Regime jurídico.

Ponto II:

Direito Financeiro: Tramitação legislativa. Fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Os Tribunais de Contas. Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e suas espécies. Limites do crédito público. Lei de responsabilidade fiscal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Ponto I:

Sistema tributário nacional: sistema tributário. Competência tributária. Limitações. Repartição das receitas tributárias. Dos tributos. Classificação e espécies. Legislação tributária: Constituição federal. Código tributário nacional e Código tributário estadual. Sistema tributário nacional. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

Ponto II:

Direito Tributário: Obrigação tributária: natureza, espécies, efeitos. Fato gerador. Sujeitos ativo e passivo. Solidariedade. Capacidade tributária. Substituição tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade tributária dos administradores de pessoa jurídica. Teoria da desconconsideração da personalidade jurídica.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO TCE - CONTROLE EXTERNO

Ponto I:

Constituição Estadual. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Regimento Interno e Resoluções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. Controles externo e interno na Constituição do Estado de Goiás.

Ponto II:

Tribunal de Contas do Estado de Goiás: natureza, competência e jurisdição. Procedimentos legais para o exercício do controle externo. Contraditório e ampla defesa no processo perante o Tribunal de Contas. Recursos administrativos no TCE-GO. Atribuições do Ministério Público no Tribunal de Contas do Estado de Goiás e sua participação no controle externo.